

Ricardo Noblat

CONCEDA-SE que, desta vez, as coisas se passaram de forma diferente. No Cruzado original de fevereiro, a receita foi aviada em segredo, as drogas combinadas no silêncio das madrugadas, enquanto a população dormia e o PMDB conspirava contra o governo, e a poção mágica finalmente obtida, e que em menos de 10 meses perderia de vez seu encanto, empurrada goela abaixo do contribuinte perplexo. Tinha, pois, que dar errado — e deu. O acelerado processo de desagregação interna do governo contribuiu para que a reforma do Cruzado em novembro fosse sugerida antes do tempo, para o eleitor que ainda imaginava viver no melhor dos mundos. Era tão forte, contudo, a crença no sonho de "Funaro no país sem inflação", que o brasileiro preferiu ignorar, simplesmente, o calendário econômico. Votou como se a centenária folhinha Mariana tivesse estancado na porta dos supermercados lacrados pelo fervor cívico, na algazarra que sitiou atônicos gerentes que tentaram

ousar desrespeitar o congelamento de preços, no sentimento de que o povo unido, com uma idéia na cabeça e uma câmara da Rede Globo na mão, jamais será vencido.

CONCEDA-SE, portanto, que o ritual sofreu, desta vez, uma nítida alteração — e para melhor. As vésperas da divulgação de um novo pacote de medidas econômicas que, a cada edição revista, o governo promete que será o último, o brasileiro está informado de que o ágio será incorporado aos novos preços oficiais dos produtos, de que pagará mais caro por mercadorias desaparecidas das prateleiras por impossibilidade de driblar a camisa-de-força do congelamento, e de que o salário mínimo crescerá mais um pouco. Não o suficiente, talvez, para que perca a humilhante condição de o mais baixo salário mínimo desde que o conceito foi incorporado às rela-

cões trabalhistas do país por força de lei. A ausência do segredo, subtraído no rastro da consultas aos partidos políticos e na fracassada seqüência de reuniões entre sindicalistas e empresários, forneceu a dobra democrática ao embrulho ora em confecção. Frágil dobra, no entanto. Pode produzir o efeito de uma rima que, mesmo assim, ofende aos ouvidos mas está a larga distância do que pode configurar, de fato, uma solução. Uma, não — a solução, que a República que se adornou como Nova se propôs perseguir.

CONCEDA-SE, em favor, no mínimo, do bom senso, se não do patrimônio de conhecimento dos povos que podem-se orgulhar de viver sob o império do regime democrático, que as soluções pactuadas são melhores que as soluções ditadas pelo arbítrio do poder autoritário — mas que são insuficientes, ainda assim, para

crismar com o sinete da legitimidade o gesto original de sua adoção. A norma jurídica só adquire legitimidade, de fato, quando temperada, cozida e servida através do processo legislativo. Este, sim, é o traço característico, irrepreensível e definitivo das democracias representativas.

Distingue por completo, e sem que deixe espaço para dúvida, um regime democrático de outro que não é, ou que apenas pretende ser. A Espanha emergiu das trevas do período franquista e resgatou a democracia ultrajada através de um acordo econômico e social celebrado pelo governo, empresários e trabalhadores. Uma das cláusulas do acordo, no entanto, determinava que tudo que em virtude de a Constituição demandar lei deve ser tratado no Parlamento. Pois é ali que a sociedade, com efeito, se representa e faz prevalecer seus interesses.

CONCEDA-SE que sequer pactuada foi a solução do pacote que os ministros da área econômica se ocupam, agora, em amarrar, enquanto exibem suas divergências só aparentemente conciliáveis

quando soa a grave voz de comando de um presidente da República acometido, desde dezembro, de mania de perseguição e, desde há pouco, convertido à teoria conspiratória da história. Sarney superou o estado de desolação que o abateu quando descobriu que despencara da escada da popularidade, e ingressou resoluto no perigoso estado do governante que se sente injustiçado, e que antevê, em cada esquina, a miragem de um complô para derrubá-lo. Imaginou, há 60 dias, que o sucesso do Cruzado de fevereiro e a vitória do PMDB em 22 estados significavam um cheque em branco assinado pelos brasileiros para que o governo agisse da forma que julgassem mais conveniente. Arrisca-se, a partir desta semana, por insistir em ignorar a via do Legislativo como a única possível de legitimar uma norma jurídica que emana, como se ainda fosse pouco, de um poder de rala taxa de legitimidade, a arcar sozinho com o ônus de remeter o país para o fundo do abismo econômico. Nas suas cercanias o país já está, a crer-se nos ministros Sayad e Pazzianoto.